

## Workshop

# Estrutura, Funções e Financiamento das Organizações Agrícolas

## Introdução à Mesa Redonda

# Inventário das OA da Região Norte

TIPOLOGIA	EDM	TM	TOTAL
UNIÕES E FEDERAÇÕES E ASSOCIAÇÕES - ÂMBITO REGIONAL			14
OA SOCIOECONÓMICAS			
COOPERATIVAS AGRÍCOLAS	51	49	100
ADEGAS COOPERATIVAS	16	23	39
OA SOCIOPROFISSIONAIS			
ASSOCIAÇÕES	74	105	179
CENTROS DE GESTÃO (NÃO INTEGRADOS EM OUTRAS OA)	0	6	6
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES	1	2	3
OUTRAS	3	9	12
TOTAL POR TM E EDM	145	194	339
GAL	9	6	15
TOTAL DO UNIVERSO DAS OA			368

# Diagnóstico:

## Pontos Fracos

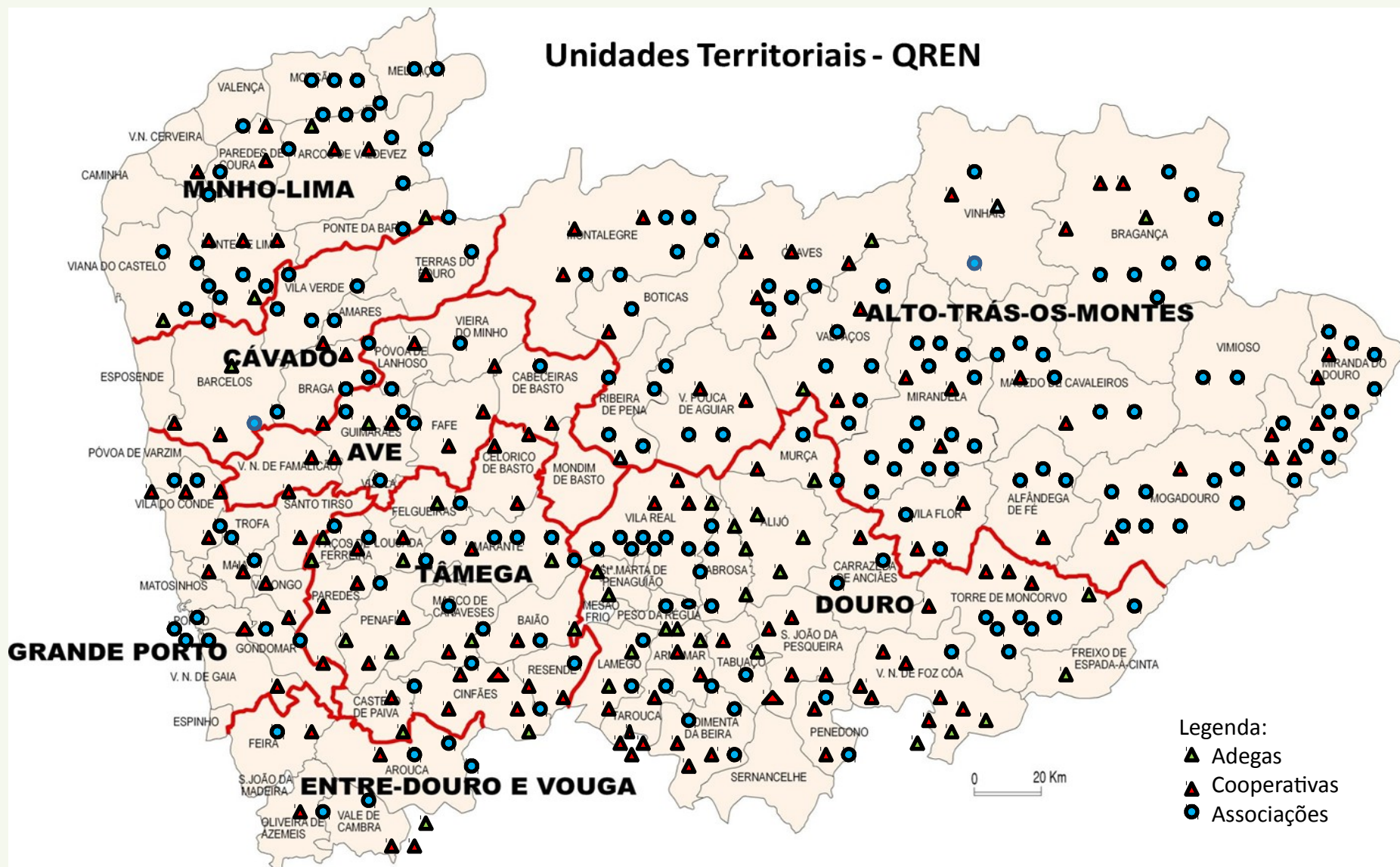
- Pulverização (física e funcional) das OA.
- perda crescente da importância das OA de 1º grau enquanto entidades interlocutoras na formulação de programas e medidas de alcance regional;
- inexistência de um cadastro que permita perceber quantas OA existem a nível regional e muito menos sobre a atividade que desenvolvem.
- Fragilidade estrutural (económica e financeira) da OA (que se vem traduzindo no declínio crescente do movimento associativo agrícola).
- Divórcio entre as Associações Socioprofissionais e as Socioeconómicas.
- Frágil capacidade de resposta por parte das Cooperativas nos domínios da concentração/ distribuição/promoção e marketing.
- Insipiente intervenção das OA nos domínios da inovação tecnológica e da assistência técnica especializada aos produtores.
- Limitações importantes ao nível dos quadros dirigentes e de gestão.

## Pontos Fortes

- Existência de capacidade de resposta a nível organizacional e financeiro em algumas OA da região
- Disponibilidade de estruturas físicas e de equipamentos administrativos e tecnológicos.
- Existência de quadros técnicos nos quadros das OA, familiarizados com a região e os seus problemas.
- Registo de uma dinâmica de desenvolvimento em algumas produções.
- Existência de instituições e entidades “externas” mobilizadas para colaborar no fortalecimento do associativismo agrícola regional.

# Distribuição Organizações Agrícolas

Fonte: IDARN; CASES – 11 junho 2013



# Questões a Debater:

1. Regulação e controlo do estatuto jurídico das OA.
2. Inexistência de uma fronteira clara entre a função económica e de representação
3. Modelo(s) de articulação das OA entre si e com entidades públicas e privadas.
4. Representatividade das OA Regionais nos processos de tomada de decisão.
5. Suporte jurídico e financeiro para o desenvolvimento das funções transferidas pelo Estado.
6. Soluções de autonomia financeira das OA.